

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.253 - PE (2018/0306650-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**SUSCITANTE** : RECIFE MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA  
**SUSCITANTE** : MMV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES IMOBILIARIAS LTDA  
**SUSCITANTE** : REMAL - LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA  
**SUSCITANTE** : RM - REPRESENTACOES COMERCIAIS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA  
**SUSCITANTE** : RM - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA  
**ADVOGADOS** : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380  
RODRIGO CAHU BELTRÃO E OUTRO(S) - PE022913  
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE CARUARU - PE  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**INTERES.** : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado por Recife Mercantil de Alimentos Ltda - em recuperação judicial, MMV Empreendimentos e Participações Imobiliárias Ltda - em recuperação judicial, Remal - Logística e Transportes Ltda - em recuperação judicial, RM - Representações Comerciais de Produtos Alimentícios Ltda - em recuperação judicial e RM - Distribuidora e Importadora Ltda - em recuperação judicial, com pedido de liminar, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Caruaru/PE e do Juízo Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco/PE.

Afirmam as suscitantes ser integrantes do GRUPO RM, composto por cinco empresas: (1) RECIFE MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA (RM); (2) MMV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS (MMV); (3) REMAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA (REMAL); (4) RM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. (RMPB); e (5) RM - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. (RMPE), e que, a despeito da histórica solidez do GRUPO RM, por razões que fogem à vontade dos seus sócios e administradores, as empresas estão sofrendo grave dificuldade econômico-financeira para manter regulares suas atividades empresariais e manter quites as obrigações junto aos seus diversos credores,

tais como bancos e fornecedores, motivo pelo qual ajuizaram pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Caruaru/PE.

Aduzem que, não obstante, o Juízo Federal, apesar de informado sobre o deferimento da recuperação judicial das suscitantes, bem como acerca da determinação de suspensão de todas as execuções em face das empresas, proferiu decisão dando prosseguimento a execuções fiscais, tendo, inclusive, sido efetivado boqueio de valores nas contas bancárias da primeira suscitante, no valor de três milhões de reais.

Sustentam que, com o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Caruaru/PE tornou-se competente para o processamento de todas as ações de interesse das empresas, conforme disposto na Lei n. 11.101/05 e já decidido em diversas ocasiões por esta Corte.

Liminar deferia às fls. 313/317, tendo os Juízos suscitados apresentado informações às fls. 328/332 e 335/519. Parecer do Ministério Público Federal às fls. 521/526 opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

A jurisprudência da Segunda Seção já se firmou no sentido de que não cabe ao juiz da ação executiva ordenar medidas constritivas do patrimônio de empresas sujeitas à recuperação judicial, a despeito da literalidade da regra do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, segundo a qual a tramitação da execução fiscal não é suspensa durante o procedimento de recuperação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ATOS DE CONSTRIÇÃO E EXPROPRIAÇÃO INCIDENTES SOBRE O PATRIMÔNIO VINCULADO AO REERGUMENTO. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043 DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. Compete à SEGUNDA SEÇÃO processar e julgar conflito de competência entre o juízo da falência e o da execução fiscal, seja pelo critério da especialidade, seja pela necessidade de evitar julgamentos díspares e a consequente insegurança jurídica (Questão

de Ordem no CC n. 120.432/SP, de minha relatoria, CORTE ESPECIAL, julgada em 19.9.2012).

2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição e de alienação de bens componentes da massa falida submetem-se ao juízo universal. Precedentes.

3. A edição da Lei n. 13.043, de 13.11.2014, por si, não implica modificação da jurisprudência da Segunda Seção a respeito da competência do juízo da recuperação para apreciar atos executórios contra o patrimônio da empresa.

4. Os acórdãos de afetação dos Recursos Especiais de n.

1.694.261/SP, 1.694.316/SP e 1.712.484/SP delimitaram a matéria de mérito a ser apreciada sob o rito repetitivo, qual seja, a "possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal". No presente conflito, entretanto, não se discute tal questão meritória.

Objetiva-se tão somente determinar o juízo competente para dar concretude a ato executivo expedido em desfavor de bens vinculados ao processo recuperacional.

5. Ademais, inviável a remessa de conflito de competência às instâncias originárias - a fim de aguardar o julgamento de eventual recurso repetitivo -, pois trata-se de incidente de competência originária do STJ (art. 105, I, "d", da CF), não se submetendo ao rito previsto nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, aplicável apenas aos recursos, à remessa necessária e aos processos de competência originária das cortes locais.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 156.959/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 28/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. COMPETÊNCIA INTERNA DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. 2. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DE BENS E VALORES INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA NO BOJO DA EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. 3. ADVENTO DA LEI N. 13.043/2014. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ QUE DEFERIU A LIMINAR PLEITEADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. 4. AGRAVO INTERNO

DESPROVIDO.

1. A Corte Especial do STJ definiu a competência interna da Segunda Seção para dirimir as controvérsias que envolvam execuções fiscais nas quais foram realizados atos de constrição e processos de recuperação judicial. Precedentes.

2. **O deferimento do processamento da recuperação judicial não tem, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005, porém, a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação deve, sim, ser submetida à análise do juízo da recuperação judicial. Ressalte-se que o referido entendimento deve ser aplicado mesmo antes da realização da Assembleia Geral de Credores, bastando o mero deferimento do processamento do pedido pelo Juízo de primeiro grau, sob pena de se inviabilizar o respectivo plano de recuperação judicial.**

3. O advento da Lei n. 13.043/2014, que possibilitou o parcelamento de crédito de empresas em recuperação judicial, não repercute na jurisprudência desta Corte Superior acerca da competência do Juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 156.263/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 27/08/2018)

Desse modo, os atos de alienação ou de constrição que comprometam o cumprimento do plano de reorganização das empresas somente serão efetivados após a anuência do Juízo da recuperação judicial.

Por outro lado, não se sujeitam os créditos tributários à deliberação da assembleia de credores, à qual submetido o plano homologado pelo juiz estadual.

O prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, deverá se dar, portanto, perante o juízo da ação executiva competente, ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora, exceto a apreensão e alienação de bens.

Ademais, cumpre resguardar a existência, ao cabo da recuperação, de bens hábeis à garantia dos créditos tributários, observado o privilégio legal respectivo.

No presente caso, está comprovado ter sido deferido o pedido de

Recuperação Judicial das suscitantes (fls. 124/127), bem como determinado o prosseguimento da execução fiscal objeto dos autos (fls. 273/278).

O Juízo Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco/PE manifestou-se afirmando que, de fato, foi efetivada a penhora de valores pertencentes às suscitantes, estando a execução suspensa em razão da liminar aqui deferida (fl. 340).

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados novos atos de constrição de bens ou valores das suscitantes durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores das suscitantes, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Caruaru/PE.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora